

LEI Nº 5325, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2013.



"DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE ARAGUARI PARA O PERÍODO DE 2014 A 2017 E DEFINE AS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2014, DANDO OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Câmara Municipal de Araguari, Estado de Minas Gerais, aprova e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual (PPA) para o quadriênio 2014/2017, em cumprimento ao disposto no art.165, § 1º, da Constituição Federal de 1988, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma do Anexo I.

Parágrafo Único - O Plano Plurianual compreende a atuação de todos os órgãos da Administração Direta e Indireta e da Câmara Municipal, consideradas nos termos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º As diretrizes para o quadriênio 2014/2017, norteadoras da execução dos programas e ações a cargo dos órgãos municipais, deverão seguir os seguintes macro objetivos:

I - prestação eficiente de serviços públicos;

II - gestão adequada dos recursos face às oscilações da macroeconomia;

III - fomento de atividades geradoras de desenvolvimento econômico e social.

Art. 3º As prioridades e metas para o exercício de 2014, conforme estabelecido no art. 2º da Lei nº 5.229, de 15 de julho de 2013, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2014, estão especificadas no Anexo I a esta Lei.

Art. 4º A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de

novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de projeto de lei de revisão do plano ou projeto de lei específico.

Parágrafo Único - Fica o Poder Executivo autorizado a modificar a unidade executora ou o órgão responsável por programas e ações e os indicadores e respectivos índices, bem como a adequar as metas físicas em função de modificações nos programas ditadas por leis, por leis de diretrizes, por leis orçamentárias e seus créditos adicionais.

Art. 5º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

Parágrafo Único - De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

Art. 7º As estimativas das receitas e dos valores dos programas e ações constantes do anexo desta Lei são fixadas exclusivamente para conferir consistência ao Plano, não se constituindo em limites para a elaboração das leis de diretrizes orçamentárias, das leis orçamentárias e das suas modificações.

Art. 8º Todos os projetos, ações e atividades constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, consideram-se alterados e/ou modificados em função das novas diretrizes, metas e prioridades estabelecidas no PPA 2014/2017.

Art. 9º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, a ocorrer mediante afixação da mesma e de seu anexo no quadro de avisos da Prefeitura local, e decorridos 20 (vinte) dias apenas o seu texto será publicado no órgão de imprensa oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI, Estado de Minas Gerais, em 26 de dezembro de 2013.

Raul José de Belém
Prefeito

Nilton Eduardo Castilho Costa e Silva
Secretário de Planejamento, Orçamento e Habitação

O anexo encontra-se disponível, ainda, no Paço Municipal